



Processo n.º: 32.846/2014 (13 volumes e 22 anexos)

Origem: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF

Assunto: Licitação

Ementa: Exame do edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 33/2014, lançado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF, tendo por objeto a contratação de serviços de limpeza, asseio, conservação e higienização nas instituições educacionais e coordenadorias regionais de ensino vinculadas àquela Pasta. Representações oferecidas pela empresa Sergevel Apoio Administrativo e Suporte Operacional Limitada e pela advogada Maria Elisângela Pessoa Valetins. Exame de mérito. Decisão n.º 2.700/2018: conhecer dos documentos juntados aos autos; considerar cumpridas as diligências veiculadas no item II da Decisão Liminar n.º 004/2018-P/AT, referendada pela Decisão n.º 03/2018, e, no mérito, improcedentes as representações formuladas pela empresa Sergevel Apoio Administrativo e Suporte Operacional Ltda. e pela advogada Maria Elisângela Pessoa Valetins; ciência da decisão aos interessados; e retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para fins de arquivamento. Interposição de Pedidos de Reexame pela empresa Sergevel Apoio Administrativo e Suporte Operacional Ltda. e pela advogada Maria Elisângela Pessoa Valetins, por intermédio de seus representantes legais, contra, respectivamente, os termos dos itens II.b e II.c da Decisão n.º 2.700/2018. **Nesta fase:** análise de admissibilidade dos recursos. Unidade instrutiva sugere ao Tribunal conhecer dos Pedidos de Reexame manejados em face dos itens II.b e II.c da Decisão n.º 2.700/2018, conferindo efeito suspensivo aos itens recorridos, e conceder prazo de 30 (trinta) dias para que a SES/DF e as empresas interessadas possam oferecer contrarrazões recursais. VOTO convergente.

Fundamento legal para não inclusão em pauta: Art. 116, § 5º, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal – RI/TCDF.

RELATÓRIO

Cuidam os autos, originalmente, de exame do edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 33/2014, lançado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF, tendo por objeto a contratação de serviços de limpeza, asseio, conservação e higienização nas instituições educacionais e coordenadorias regionais de ensino vinculadas àquela Pasta.

Posteriormente, foram protocoladas nesta Corte as representações formuladas pela empresa Sergevel Apoio Administrativo e Suporte Operacional



Ltda.¹ e pela advogada Maria Elisângela Pessoa Valetins², acerca de supostas falhas no aludido procedimento licitatório.

Após diversas deliberações plenárias proferidas no âmbito dos presentes autos, o Tribunal, na Sessão Ordinária n.º 5.043, de 07.06.2018, prolatou a **Decisão n.º 2.700/2018** (fl. 2.705), *in verbis*:

“ I – tomar conhecimento: a) dos esclarecimentos prestados pela empresa Sergevel Apoio Administrativo e Suporte Operacional Limitada (fls. 2153/2155 e anexos 2156/2192; fls. 2230/2240; fls. 2307/2311 e fls. 2329/2330); pelo Pregoeiro (fls. 2058/2125), MG Terceirização de Serviços limitada (fls. 2128/2137), Interativa – Dedetização Higienização e Conservação Limitada (fls. 2241/2260) e Ipanema Empresa de Serviços Gerais e Transporte Limitada (fls. 2267/2268 e anexos 2269/2273); b) do Ofício nº 109/2018 – GAB/SEE (fls. 2414/2419) e 10/2018 PREGÃO/SUAG/SE/DF (fls. 2420/2427), da Informação nº 41/2018-4ª Diacomp (fls. 2332/2360) e complementos da representação (fls. 2441/2478 e 2485/2488); c) do documento de fls. 2554/2574; d) da manifestação de fls. 2575/2594; II – considerar: a) cumpridas as diligências veiculadas no item II da Decisão Liminar nº 004/2018 – P/AT, referendada pela Decisão nº 03/2018; b) no mérito, improcedente a representação formulada pela empresa Sergevel Apoio Administrativo e Suporte Operacional Limitada; c) no mérito, improcedente a representação apresentada pela advogada Maria Elisângela Pessoa Valetins; III – autorizar: a) a ciência desta decisão à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF, às empresas Sergevel Apoio Administrativo e Suporte Operacional Limitada, MG Terceirização de Serviços limitada, Interativa - Dedetização Higienização e Conservação Limitada e Ipanema Empresa de Serviços Gerais e Transporte Limitada e à subscritora da representação de fls. 2366/2386; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para fins de arquivamento. Vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, que votou pelo acolhimento do parecer do Ministério Público junto à Corte, no que foi acompanhado pelo Conselheiro PAIVA MARTINS” (grifos acrescidos).

Na sequência, inconformadas com os termos do referido *decisum*, a empresa **Sergevel Apoio Administrativo e Suporte Operacional Ltda.**³ e a advogada **Maria Elisângela Pessoa Valetins**⁴, por intermédio de seus representantes legais, interpuseram **Pedidos de Reexame** contra, respectivamente, os termos dos **itens II.b e II.c da Decisão n.º 2.700/2018**.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 56/2018-Seacomp (fls. 2.751/2.752), manifestou-se nos seguintes termos acerca da admissibilidade do recurso apresentado pela empresa **Sergevel Apoio Administrativo e Suporte Operacional Ltda.**:

¹ Fls. 1.941/2.036, fls. 2.153/2.155 e anexos de fls. 2.156/2.192; fls. 2.230/2.240; fls. 2.307/2.311 e fls. 2.329/2.330.

² Fls. 2.366/2.386.

³ Fls. 2.712/2.750.

⁴ Fls. 2.753/2.796.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 54366FBA

Proc 32846/2014

Fl.: 2802

Proc.: 32846/14

Rubrica

2. EXAME PRELIMINAR	S / N / N/A
2.1 PRECLUSÃO CONSUMATIVA: O recorrente está interpondo a espécie de recurso pela primeira vez?	SIM
2.2. TEMPESTIVIDADE: 2.2.1. O recurso foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica (art. 47 c/c 33 e 34) e no Regimento do TCDF (art. 286)? Data da ciência da decisão: 22/6/18 (fls. 2707 – v). Data da apresentação do recurso: 16/07/18 (fls. 2712);	SIM
2.2.2. Em sendo intempestivo, houve superveniência de fatos novos (art. 33, parágrafo único, da LO/TCDF)?	NÃO SE APLICA
2.3. LEGITIMIDADE: 2.3.1. O recorrente é parte legítima para interpor o recurso (art. 47 c/c art. 33 da LO/TCDF e art. 286 do RI/TCDF)?	SIM
2.3.2. A assinatura foi aposta pelo recorrente ou por procurador que não esteja impedido legalmente de interpor o recurso? (art. 30 da Lei 8906/94 – Est. do advogado)	SIM
2.4. INTERESSE: Houve sucumbência das partes?	SIM
2.5. ADEQUAÇÃO: 2.5.1. O recurso indicado pelo recorrente é o adequado para impugnar a decisão recorrida (art. 47 da LO/TCDF)?	SIM
2.5.2. A decisão recorrida tem conteúdo diferente daqueles do rol do art. 280 do RI/TCDF (conversão/instauração TCE, audiência, diligência ou inspeção)? ¹	SIM
2.5.3. Pode-se utilizar o princípio da fungibilidade recursal para acatá-lo (Decisões 1314/12 e 5564/11)?	NÃO SE APLICA
2.5.4. Trata-se de recurso contra DECISÃO LIMINAR?	NÃO
2.5.4.1. O inciso V do art. 1012 do Código de Processo Civil (art. 520, IV do CPC/73) pode ser aplicado ao caso (pedido de reexame sem efeito suspensivo)?	NÃO SE APLICA
2.6. EFEITO: 2.6.1. O efeito suspensivo pode ser concedido aos itens recorridos, na forma do art. 47 c/c art. 34 da LO/TCDF?	SIM
2.6.2. O recurso agrava a situação de outro interessado ou instala conflito de interesses (art. 283 do RI/TCDF)?	SIM
3. CONCLUSÃO DESCRITIVA: O recurso preenche os requisitos de admissibilidade, motivo pelo qual se sugere o seu conhecimento com efeito suspensivo para o item II-“b” da Decisão nº 2700/18. Ainda, como a peça apresenta questões que afetam interesse de outras empresas participantes da licitação, iremos propor que lhes sejam oportunizados a apresentação, caso entendam necessário, de contrarrazões recursais.	

Diante disso, o corpo instrutivo lançou as seguintes sugestões ao e.

Plenário:

“I. conheça do Pedido de Reexame apresentado pela empresa SERVEGEL apoio administrativo e suporte operacional Ltda., contra o item II-“b” da Decisão nº 2700/2018, conferindo efeito suspensivo ao referido item do decisum, com fulcro no art. 286, do RI/TCDF;

II. conceda, com fulcro no art. 283 do RI/TCDF, prazo de 30 (trinta) dias para a Secretaria de Estado de Educação e às empresas RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI, REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI, ELZA FERREIRA DS SANTOS SERVIÇOS – EPP, JUIZ DE FORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA., INTERAVITA – DEDETIZAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA., MG TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., BRAGA & FUJITA SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA. e IPANEMA EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTE LTDA., caso queiram, apresentarem contrarrazões recursais;



III. autorize:

- a) o encaminhamento de cópia do Relatório/Voto e respectiva decisão, bem como da peça recursal de fls. 2712 a 2750, às empresas listadas no item II anterior e à Secretaria de Estado de Educação;
- b) nos termos do § 2º do art. 4º da Resolução TCDF nº 183/2007, a comunicação do que vier a ser deliberado ao recorrente;
- c) o retorno do autos à SEACOMP para análise de mérito do recurso”.

As conclusões e sugestões consignadas da instrução mereceram a concordância do titular da Secretaria de Acompanhamento – Seacomp/TCDF (fl. 2.752).

Quanto à admissibilidade do Pedido de Reexame manejado pela advogada **Maria Elisângela Pessoa Valetins**, o corpo instrutivo assim se pronunciou, mediante a Informação n.º 58/2018-Seacomp (fls. 2.797/2.798):

2. EXAME PRELIMINAR	S / N / N/A
2.1 PRECLUSÃO CONSUMATIVA: O recorrente está interpondo a espécie de recurso pela primeira vez?	SIM
2.2. TEMPESTIVIDADE: 2.2.1. O recurso foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica (art. 47 c/c 33 e 34) e no Regimento do TCDF (art. 286)? Data da ciência da decisão: 22/6/18 (fls. 2711 – v). Data da apresentação do recurso: 17/07/18 (fls. 2753);	SIM
2.2.2. Em sendo intempestivo, houve superveniência de fatos novos (art. 33, parágrafo único, da LO/TCDF)?	NÃO SE APLICA
2.3. LEGITIMIDADE: 2.3.1. O recorrente é parte legítima para interpor o recurso (art. 47 c/c art. 33 da LO/TCDF e art. 286 do RI/TCDF)?	SIM
2.3.2. A assinatura foi aposta pelo recorrente ou por procurador que não esteja impedido legalmente de interpor o recurso? (art. 30 da Lei 8906/94 – Est. do advogado)	SIM
2.4. INTERESSE: Houve sucumbência da parte?	SIM
2.5. ADEQUAÇÃO: 2.5.1. O recurso indicado pelo recorrente é o adequado para impugnar a decisão recorrida (art. 47 da LO/TCDF)?	SIM
2.5.2. A decisão recorrida tem conteúdo diferente daqueles do rol do art. 280 do RI/TCDF (conversão/instauração TCE, audiência, diligência ou inspeção)? ¹	SIM
2.5.3. Pode-se utilizar o princípio da fungibilidade recursal para acatá-lo (Decisões 1314/12 e 5564/11)?	NÃO SE APLICA
2.5.4. Trata-se de recurso contra DECISÃO LIMINAR?	NÃO
2.5.4.1. O inciso V do art. 1012 do Código de Processo Civil (art. 520, IV do CPC/73) pode ser aplicado ao caso (pedido de reexame sem efeito suspensivo)?	NÃO SE APLICA
2.6. EFEITO: 2.6.1. O efeito suspensivo pode ser concedido aos itens recorridos, na forma do art. 47 c/c art. 34 da LO/TCDF?	SIM
2.6.2. O recurso agrava a situação de outro interessado ou instala conflito de interesses (art. 283 do RI/TCDF)?	SIM
3. CONCLUSÃO DESCRITIVA: O recurso preenche os requisitos de admissibilidade, motivo pelo qual se sugere o seu conhecimento, com efeito suspensivo para o item II -“c” da Decisão nº 2700/18. Ainda, como a peça apresenta questões que afetam interesse de outras empresas participantes da licitação, iremos propor que lhes sejam oportunizados a apresentação, caso entendam necessário, de contrarrazões recursais.	



Ao final da instrução, a área instrutiva propôs ao Tribunal que:

- I. conheça do Pedido de Reexame apresentado pela Sra. Maria Elisângela Pessoa Valentins, contra o item II-“c” da Decisão nº 2700/2018, conferindo efeito suspensivo ao referido item do decisor, com fulcro no art. 286, do RI/TCDF;*
- II. conceda, com fulcro no art. 283 do RI/TCDF, prazo de 30 (trinta) dias para a Secretaria de Estado de Educação e às empresas RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI, REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI, ELZA FERREIRA DS SANTOS SERVIÇOS – EPP, JUIZ DE FORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA., INTERAVITA – DEDETIZAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA., MG TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., BRAGA & FUJITA SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA. e IPANEMA EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTE LTDA., caso queiram, apresentarem contrarrazões recursais;*
- III. autorize:*
 - a) o encaminhamento de cópia do Relatório/Voto e respectiva decisão, bem como da peça recursal de fls. 2753 a 2796, às empresas listadas no item II anterior e à Secretaria de Estado de Educação;*
 - b) nos termos do § 2º do art. 4º da Resolução TCDF nº 183/2007, a comunicação do que vier a ser deliberado ao recorrente;*
 - c) o retorno do autos à SEACOMP para análise de mérito dos recursos”.*

Registro que as propostas alvitadas pelo auditor de controle externo foram acolhidas pelo titular da Seacomp/TCDF (fl. 2.798).

É o relatório.



VOTO

Os autos foram constituídos, originalmente, para exame do edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 33/2014, lançado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF, tendo por objeto a contratação de serviços de limpeza, asseio, conservação e higienização nas instituições educacionais e coordenadorias regionais de ensino vinculadas àquela Pasta.

Posteriormente, foram protocoladas nesta Corte as representações formuladas pela empresa Sergevel Apoio Administrativo e Suporte Operacional Ltda.⁵ e pela advogada Maria Elisângela Pessoa Valetins⁶, acerca de supostas falhas no aludido procedimento licitatório.

Na fase processual pretérita, após diversas deliberações plenárias proferidas no âmbito deste feito, o Tribunal, por meio da **Decisão n.º 2.700/2018**, dentre outras questões, considerou, no mérito, improcedentes as representações ofertadas pela sociedade empresária Sergevel e pela Sra. Maria Elisângela Pessoa Valetins.

Inconformadas com os termos do referido *decisum*, a empresa **Sergevel Apoio Administrativo e Suporte Operacional Ltda.**⁷ e a advogada **Maria Elisângela Pessoa Valetins**⁸, por intermédio de seus representantes legais, interpuseram **Pedidos de Reexame** contra, respectivamente, o disposto nos **itens II.b e II.c da Decisão n.º 2.700/2018**.

Nesta etapa processual, examina-se a **admissibilidade** dos referidos recursos.

Em suas análises, empreendidas por meio das Informações n.ºs 56/2018-Seacomp e 58/2018-Seacomp, a Secretaria de Acompanhamento/TCDF, em suma, pugnou pelo conhecimento dos mencionados Pedidos de Reexame, em face do preenchimento das exigências previstas na Lei Orgânica e no Regimento Interno deste Tribunal.

Ao apreciar detalhadamente os requisitos de admissibilidade, a Seacomp/TCDF manifestou-se favoravelmente à adequação do tipo recursal manejado e reportou que os recursos foram tempestivos.

Além disso, o corpo instrutivo considerou que as Recorrentes são partes legítimas para os pleitos, e que as informações trazidas nos recursos se enquadram no disposto no art. 47 do LO/TCDF, pugnando, portanto, pela concessão de efeito suspensivo aos itens atacados.

Após compulsar os autos, tem-se que, diante do exame pontual dos requisitos previstos nas normas legais aplicáveis à espécie promovido pela unidade instrutiva, acolho as propostas por ela aventadas, no sentido de considerar que o Plenário deva conhecer dos recursos em tela, com efeito suspensivo aos itens da

⁵ Fls. 1.941/2.036, fls. 2.153/2.155 e anexos 2.156/2.192; fls. 2.230/2.240; fls. 2.307/2.311 e fls. 2329/2.330.

⁶ Fls. 2.366/2.386.

⁷ Fls. 2.712/2.750.

⁸ Fls. 2.753/2.796.



decisão sobre os quais os apelos incidem, com espeque nos arts. 279 e 286 do Regimento Interno deste Tribunal.

Ademais, a teor do art. 283 do RI/TCDF⁹, mostra-se necessário o acolhimento da sugestão da área instrutiva para que a Corte oportunize a apresentação de contrarrazões aos interessados indicados na instrução, cujas situações jurídicas possam ser diretamente atingidas em decorrência do deslinde dos recursos em comento.

Assim sendo, por considerá-los adequados, incorporo, em essência, às minhas razões de decidir, os fundamentos das análises efetuadas pela Seacomp/TCDF, já retratados no relatório.

Ante o exposto, em harmonia com a área instrutiva, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento:
 - a) dos Pedidos de Reexame interpostos pela empresa Sergevel Apoio Administrativo e Suporte Operacional Ltda. (fls. 2.712/2.750) e pela advogada Maria Elisângela Pessoa Valetins (fls. 2.753/2.796), por meio de seus representantes legais, contra, respectivamente, o disposto nos itens “II.b” e “II.c” da Decisão n.º 2.700/2018, conferindo efeito suspensivo aos referidos itens da decisão recorrida, consoante estabelece o art. 47 da Lei Complementar n.º 01/1994, c/c os arts. 279 e 286 do RI/TCDF e com o art. 1º da Resolução n.º 183/2007-TCDF;
 - b) das Informações n.ºs 56/2018-Seacomp e 58/2018-Seacomp (fls. 2.751/2.752 e 2.797/2.798, respectivamente);
- II. com fulcro no art. 283 do RI/TCDF, conceda prazo de 30 (trinta) dias à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF e às empresas RDJ Assessoria e Gestão Empresarial Eireli, Real JG Serviços Gerais Eireli, Elza Ferreira DS Santos Serviços – EPP, Juiz de Fora de Serviços Gerais Ltda., Interavita – Dedetização, Higienização e Conservação Ltda., MG Terceirização de Serviços Ltda., Braga & Fujita Serviços de Conservação e Limpeza Ltda., e Ipanema Empresa de Serviços Gerais e Transporte Ltda., para que, caso queiram, apresentem contrarrazões recursais;
- III. dê ciência da decisão que vier a ser proferida às Recorrentes, por intermédio de seus representantes legais, a teor do disposto no art. 4º, § 2º, da Resolução n.º 183/2007-TCDF;

⁹ “Art. 283. O recurso, inclusive o interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal, tendente a agravar a situação de outro interessado ou instalar o conflito de interesses, será objeto de comunicação ao atingido em potencial, para oferecer contrarrazões recursais, com prazo igual e improrrogável para todos os interessados e atingidos, facultando-lhes a apresentação de novos documentos”.



IV. autorize:

- a) o envio de cópia dos recursos a que alude o item “I.a” à SE/DF e às sociedades empresárias nominadas no item II, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa;
- b) o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para as providências devidas.

Sala das Sessões, 24 de julho de 2018

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator